

Produção de materiais didáticos a partir de coletivos quilombolas da Zona Sul do Rio Grande do Sul: cultura, terra e resistência

Georgina Helena Lima Nunes¹
Leandro Haerter²
Deise Teresinha Radmann Cunha³
Sabrina de Souza Silva⁴

Resumo: O texto que segue foi construído a partir de achados de caráter etnográfico apreendidos durante a realização do Projeto de Extensão “Cultura, Terra e Resistência: matrizes por onde construir materiais didáticos para comunidades quilombolas”, financiado pela SECADI/MEC e executado pela FaE/UFPeL. O referido Projeto de Extensão encontra-se orientado pelas Diretrizes Curriculares para a Educação das Relações Étnico-Raciais e pela Lei 10.639/03 que torna obrigatório, no âmbito da Educação Básica, o ensino da história e cultura africana e afro-brasileira, e seu objetivo é a produção de um livro didático e de um DVD temático. A utilização de algumas ferramentas relativas à pesquisa etnográfica, a revisão bibliográfica específica e a formação de professores nos municípios envolvidos consistem na metodologia empregada, cujo referencial empírico abrange onze comunidades quilombolas dos municípios de Canguçu e Piratini. Nessa perspectiva, o artigo procura apresentar o Projeto de Extensão, seus objetivos, suas categorias-chave e alguns dados empíricos acerca do cotidiano das comunidades quilombolas.

Palavras-chave: Educação quilombola; Comunidades negras rurais; Lei 10.639/03; Resistência negra.

Abstract: The following text was constructed from order ethnographic findings seized during the execution of the Extension Project “Cultura, Terra e Resistência: matrizes por onde construir materiais didáticos para comunidades quilombolas”, funded by SECADI/MEC and executed by FaE/UFPeL. This extension project is guided by the Diretrizes Curriculares para a Educação das Relações Étnico Raciais and the Lei 10.639/03 which makes mandatory in the Educação Básica, the teaching of African and African-brazilian history and culture, and its purpose is the production of a textbook and a DVD theme. The use of some tools for the ethnographic research, the literature review and specific training of teachers in the municipalities involved, consisting in the used methodology, which empirical referent covers 11 maroon communities in the municipalities of Canguçu and Piratini. From this perspective, the article seeks to explain the extension project, its objectives, its key categories and some empirical data about the daily life of the maroon communities.

Key words: Marron education; black rural communities; Law 10,639/03; black resistance.

1 Doutora em Educação. Professora Adjunto da FaE/UFPeL e Coordenadora do Projeto de Extensão “Cultura, Terra e Resistência: matrizes por onde construir materiais didáticos para comunidades quilombolas”.

2 Mestre em Ciências Sociais. Técnico em Assuntos Educacionais do IFSul e Tutor à Distância no Curso de Aperfeiçoamento em Educação para as Relações Étnico-raciais da UFPeL. Coordenador Pedagógico no Projeto de Extensão.

3 Acadêmica de Licenciatura em Pedagogia. Bolsista no Projeto de Extensão.

4 Acadêmica de Licenciatura em Ciências Sociais. Bolsista no Projeto de Extensão.

1. Introdução

O Projeto de Extensão “Cultura, Terra e Resistência: matrizes por onde construir materiais didáticos para comunidades quilombolas” é financiado pela Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão do Ministério da Educação (SECADI/MEC) e executado pela Faculdade de Educação da Universidade Federal de Pelotas (FaE/UFPel).

O Projeto tem como pano de fundo as Diretrizes Curriculares para a Educação das Relações Étnico-Raciais e a Lei 10.639/03 que torna obrigatório o ensino da história e cultura africana e afro-brasileira nas escolas de Educação Básica brasileiras. A partir de achados de caráter etnográfico, tem como objetivo a produção de um livro didático e de um DVD temático voltado para os Anos Finais do Ensino Fundamental, acerca dos modos de vida, processos educativos, ancestralidade, memória coletiva e resistência de quilombolas da Região Sul do estado do Rio Grande do Sul.

Nesse sentido, este artigo apresenta o Projeto de Extensão “Cultura, Terra e Resistência: matrizes por onde construir materiais didáticos para comunidades quilombolas”, evidenciando os seus objetivos, suas categorias-chave e alguns dados empíricos acerca do cotidiano das comunidades quilombolas investigadas.

2. “Cultura, terra e resistência”

As comunidades quilombolas de Armada, Cerro das Velhas, Iguatemi, Favila, Manoel do Rego, Potreiro Grande, Maçambique, Passo do Lourenço e Estância da Figueira no município de Canguçu e Fazenda Cachoeira e Rincão do Quilombo no município de Piratini, somam o total de 11 comunidades negras rurais da Região Sul do Rio Grande do Sul envolvidas no Projeto de Extensão “Cultura, Terra e Resistência: matrizes por onde construir materiais didáticos para comunidades quilombolas”.

O referido Projeto é orientado pelas Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação para as Relações Étnico-Raciais, cujo objetivo é

[...] oferecer uma resposta, entre outras, na área da educação, à demanda da população afro descendente, no sentido de políticas afirmativas, isto é, de políticas de reparações, e de reconhecimento e valorização de sua história, cultura e identidade. Trata-se, ele, de política curricular, fundada em dimensões históricas, sociais, antropológicas oriundas da realidade brasileira e busca combater o racismo e as discriminações que atingem particularmente os negros. Nesta perspectiva, propõe a divulgação e produção de conhecimentos e formação de atitudes, posturas e valores que eduquem cidadãos orgulhosos de seu pertencimento étnico-racial para interagirem na construção de uma nação democrática em que todos, igualmente, tenham seus direitos garantidos e sua identidade valorizada. (BRASÍLIA, 2004, p. 02)

Por outro lado, mas nesse mesmo sentido, o Projeto tem como pano de fundo a implementação da Lei 10.639/03 que prevê a obrigatoriedade do ensino da história e cultura africana e afro-brasileira no currículo da Educação Básica, conteúdos esses, trabalhados não na exclusividade de uma ou outra disciplina, mas em todos os seus componentes curriculares. Dessa forma, o Projeto trabalha numa perspectiva que valoriza as narrativas dos sujeitos históricos, política e pedagogicamente, a partir de uma Lei que é resultado de uma conquista do Movimento Social Negro brasileiro, cuja proposta é contribuir para uma discussão mais profunda acerca das temáticas da história e da cultura africana e afro-brasileira nos currículos escolares.

Cabe ressaltar que a Lei 10.639/03 sofre, em março de 2008, uma alteração no parágrafo 26 A, designando através da Lei 11.645/03 que torna igualmente obrigatório o ensino da história e cultura indígena em todos os níveis e modalidades de ensino da Educação Básica brasileira.

Em termos de metodologia, utilizamos algumas técnicas e modelos interpretativos referentes ao método etnográfico, com especial ênfase na observação participante, manutenção de um diário de campo e entrevistas abertas, além de registros imagéticos, de áudio e de vídeo, com posterior análise dos dados apreendidos, cujas narrativas se encontram permeadas por memórias que foram e estão sendo construídas coletivamente. De acordo como Geertz (1989),

[...] praticar a etnografia é estabelecer relações, selecionar informantes, transcrever textos, levantar genealogias, mapear campos, manter um diário, e assim por diante. Mas não são essas coisas, as técnicas e os processos determinados, que definem o empreendimento. O que define é o tipo de esforço intelectual que ele representa: o risco elaborado para uma “descrição densa” [...] (p. 15).

É dessa forma que podemos dizer que o coletivo de pesquisadores parte das vivências das comunidades, atravessando aspectos locais articulados à História da África, à História do Negro no Brasil e no estado do Rio Grande do Sul, à formação de quilombos históricos e contemporâneos.

Aspectos relativos, por exemplo, à memória coletiva, são os fios da memória que religam os quilombos contemporâneos às africanidades presentes no Brasil cujo papel da ancestralidade é repositório de saber em que os jovens se dotam de um conhecimento que lhes permite dar continuidade à luta histórica dos afrodescendentes por reconhecimento étnico e social:

Seu Acácio era um vizinho nosso, ele era uma pessoa muito especial, [...] faleceu com quase cem anos [...] e ele era descendente de escravos também e uma pessoa assim que prestava muita atenção em tudo, ensinava gente jovem [...] ele sabia das coisas da terra, da cultura, conhecia bem, era um, como eu posso dizer, sabedor da história. [...] a gente ouvia com atenção o que ele falava com nós. Era uma pessoa assim, de bastante idade e que tinha o conhecimento da cultura africana, dos nossos antepassados, tudo ele sabia. A respeito de chás, a respeito de como é que se plantava uma lavoura, uma lua, qual era a lua que era boa pra plantar isso, plantar aquilo. A gente a muito na casa dele e daí contava as histórias dos tempos antigos (Maria Cristiane – Armada/Campo do Estado).

Também foi realizada pesquisa bibliográfica a partir das categorias emergentes durante o trabalho de campo, as quais contemplaram temáticas como formação de quilombos no Brasil e no Rio Grande do Sul, memória coletiva, estratégias de territorialização, expropriação fundiária, saúde da população negra, religiosidade, organização do trabalho agrícola, mitologias, crenças, plantas medicinais, educação formal e informal, etc.

Esse Projeto de Extensão que tem como *lócus* de desenvolvimento as comunidades quilombolas já mencionadas, buscou, a partir das vivências dessas, apreender categorias de análise nas vivências possíveis. Foram realizados seminários de formação de professores dos municípios envolvidos, com a participação de representantes das comunidades investigadas. Tais seminários trabalharam as temáticas que seguem: “História da África, do Brasil e a formação de quilombos”; “A terra e práticas de manusear a vida” e “Artes negras de fazer, que geram o resistente e inovador saber”. Salientamos que esse seminário, em cada etapa, contou com 90 pessoas formada por público distinto, entre os quais se destacam membros das comunidades, alunos(as), educadores(as) e pesquisadores afins.

O cerne das formações era fomentar a produção de materiais que seriam utilizados no livro cujo produto da experiência demonstrou uma variedade de formas como os temas poderiam ser apresentados: poesias, desenhos produzidos pelos jovens e crianças, pesquisas acerca da realidade em que a escola está inserida, histórias em quadrinhos, letras de músicas e outros. Para além da “matéria prima” necessária para compor o livro, aspectos acerca da identidade negra e quilombola e elementos de sua historicidade foram ressaltados, possibilitando o reflexo de tais temas no interior dos quilombos onde a vida sobrepe a teoria:

A fala da professora Rosa Margarida me lembrou a professora lá da escolinha que dizia: “Deni, tu tens que ensinar o teu colega no costado aqui, pra gente repartir o pão com o outro”. Eu sabia mais que o outro então tinha que repartir o pãozinho. Aí então a gente aprende, repartir o pão não é só pegar um pedacinho de pão que tá comendo e dá um pedaço pro outro ali. A gente reparte assim, no caso, na palavra, tudo é repartir o pão. E quando ela falou sobre racismo eu fiquei me questionando se eu era ou não racista. (senhor Dener – Potreiro Grande).

Em termos teóricos, o Projeto de Extensão “Cultura, Terra e Resistência: matrizes por onde construir materiais didáticos para comunidades quilombolas”, destaca “memória coletiva” e “território” como categorias-chave.

Sobre memória “coletiva”, fizemos uso de Halbwachs (1990), Benjamin (1994) e Pollak (1989), na medida em que esses autores convergem para uma concepção de memória como construção social e percebem o tempo como agente de transformações sociais e não como processos prontos e acabados.

Halbwachs (1990) mostra que a memória coletiva possui uma função social bastante importante que é a manutenção de uma comunidade afetiva, a partir de um processo que é coletivo e percebido como construção. Benjamin (1994) apresenta a figura do “narrador”, muito apropriada aos estudos que se ocupam com comunidades quilombolas, uma vez que, entre outras características, possuem fortemente a figura de narradores que, na concepção do autor, são os responsáveis pela transmissão oral da experiência, são os que possibilitam a transformação daquilo que é vivido em experiência compartilhada.

Como exemplo, podemos trazer a narrativa do senhor Geraldinho da Comunidade Remanescente de Quilombo Cerro Pelado que ao trazer a lembrança do destemido Capitão Matheus, dentro de um contexto histórico de violenta disputa em que a força do negro homem é, na atualidade, destaque no cemitério local. São muitas as honras destinadas às ações do avô desse senhor que, em um período cujos feitos heróicos, tais como a sobrevivência cotidiana meio a uma sociedade escravocrata, mantiveram-se invisíveis, mas, ainda, compõem um mosaico de resistências que fortalecem a presença negra no território:

É o mato tinha uma picada logo ali, e tinha o negrão lá um bom de briga, o outro cara e o meu avô ia com outro. Tirando uma palha de coqueiro diz ele: “Vou montar e fazer uma batida pro nego Matheus”. [...] Ele desceu rindo daquele coqueiro de lá; desceu esse negro com uma espadinha de rafi. E se atracaram, esse nego no ferro brabo. Já meu avô ele tirou um pulso; o negro trocou de mão e seguiu (senhor Geraldinho – Armada/Campo do Estado).

No que se refere à categoria “território”, utilizamos Haesbaert (2006), cuja ênfase analítica recai sobre as múltiplas dimensões do conceito de território, enfatizando seu aspecto relacional. Para o autor,

[...] o território compõe de forma indissociável a reprodução dos grupos sociais, no sentido de que as relações sociais são espacial ou geograficamente mediadas. Podemos dizer que essa é a noção mais ampla de território, passível assim de ser estendida a qualquer tipo de sociedade, em qualquer momento histórico, e podendo igualmente ser confundida com a noção de espaço geográfico (HAESBAERT, 2006, p. 54).

Ou, conforme Deleuze e Guatari:

O território não é primeiro em relação à marca qualitativa, é a marca que faz o território. As funções num território não são primeiras, elas supõem antes uma expressividade que faz território. É bem nesse sentido que o território e as funções que nele se exercem são produtos da territorialização (apud Pinto, 2011, p. 82).

Se consideramos os diferentes grupos que contribuíram para a formação do Estado nacional brasileiro, temos uma importante fala que aponta para a diversidade dos significados culturais atribuídos à noção de território por parte dessas populações:

A Terra tem diferentes significados para diferentes sociedades que compõem a população brasileira. O índio, a sua concepção, a sua relação com a terra, a natureza é outra. O europeu, o descendente do europeu que chegou aqui, a sua concepção com a terra com a natureza é outra, o negro africano que chegou aqui na condição de escravo, a sua condição, a sua relação com a terra com a natureza é outra, então cada um tem sua concepção, mas conhecendo um pouco o contexto africano, a terra para o africano não é só pra tirar o sustento, trabalhar e produzir, a ligação é muito mais profunda se você mergulhar no contexto da religiosidade” (Kaly, Alain. Professor da UFRRJ).

Nas palavras de um quilombola, território

[...] é um lugar sagrado né? Onde se cultiva a nossa religião, o nosso trabalho na agricultura. A agricultura na comunidade quilombola é um ponto forte. É o que manteve e mantém as comunidades vivas até hoje: as plantas medicinais, as nossas danças, as nossas culturas. Tudo isso aí tá dentro desse território que até já aconteceu de tentarem sentar as comunidades em outros espaços né? Mas não é a mesma coisa, porque ali a gente conhece o que circula dentro daquele mato. Por exemplo, a caça, o próprio rio, aqueles peixinhos ali que o pessoal sobreviveu comendo esses peixes até hoje e mantém a área né? Então não tem como mudar” (Antônio Leonel/Vó Elvira).

Nesse sentido, memória coletiva e território são categorias-chave para a compreensão dos modos de vida e das estratégias específicas de comunidades quilombolas, assim como a própria formação de comunidades negras rurais no Brasil.

A formação dessas comunidades no território brasileiro acontece com o pós-Abolição, desde os antigos quilombos formados por negros escravos fugidos do sistema escravocrata, por domínios doados com ou sem formalização jurídica (ANJOS; BAPTISTA DA SILVA, 2004) e por outras formas de ocupação tradicional do território calcada na resistência à escravidão.

Atualmente, essas comunidades negras rurais possuem uma grande visibilidade social, e isso se dá em razão de seu processo de auto-identificação quilombola (HAERTER, 2010), que leva em conta os processos históricos, culturais e políticos dessas comunidades e as experiências de vínculo com seu território. Paralelamente a isso, com o Artigo 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal de 1988, há a possibilidade concreta dessas comunidades alcançarem a posse definitiva de suas terras tradicionalmente ocupadas (ALMEIDA, 2006).

A título de curiosidade, existem em torno de 1.408 comunidades quilombolas distribuídas pelo território nacional. No estado do Rio Grande do Sul, aproximadamente 130. Cada uma delas apresenta características próprias, cuja memória coletiva remonta ao uso comum de terras, aos mitos fundadores do território que ocupam, às relações de solidariedade e reciprocidade existentes até hoje e como transmitem seus conhecimentos tradicionais de geração a geração.

Destacamos um total de 25 inserções etnográficas realizadas junto às nove comunidades quilombolas de Canguçu e às duas de Piratini, pesquisa que resultou em um amplo material empírico que, por sua vez, está dando origem ao livro didático e ao DVD temático capazes de contemplar uma perspectiva interdisciplinar de ensino-aprendizagem para os Anos Finais do Ensino Fundamental, calcada na especificidade cultural quilombola e para a educação das relações étnico raciais no cotidiano escolar.

Nesse processo, conseguimos evidenciar a luta dos quilombolas enquanto uma categoria identitária de sujeitos de direito, a partir de suas trajetórias, vivências e experiências de vínculo com seu território, luta justa, tendo em vista os processos de exclusão social do negro, sobretudo, da questão fundiária que eram permeados de processos de expropriação que conjugavam a persistência negra em prol de sua sobrevivência e a necessidade de, por exemplo, dignamente enterrar seus mortos. Histórias como a de dona Vani revelam as tentativas de expropriação da terra, a exploração da força de trabalho, a negação de direitos

fundamentais às populações quilombolas, que são permanências até os dias de hoje, de Norte a Sul do país.

Juscelino que era tio do Geraldo e morreu; o Wilson ele deu o caixão pro véio. Foi lá em Canguçu buscar um caixão da prefeitura, com a caminhoneta dele, e aí o Casimiro deu a chácara pra ele em troca do caixão que ele tinha trazido. Deu a chácara e nem consultou se tinha a outra herdeira, eles eram dois. Ele ficou com a terra, tá aí a terra... não sei como é que ele escriturou, não sei como é que ele arrumou, mas sei dizer que ele é dono (dona Vani/ Cerro das Velhas).

Tal narrativa revela a forma como perdas materiais foram ocorrendo e como estigmas, estereótipos negativos, o não reconhecimento da cultura negra nas suas mais variadas manifestações, igualmente carregadas de concepções pejorativas definem hierarquias sociais na sociedade brasileira de modo que, ao longo da história, mantenham-se e reproduzam espaços relegados à população negra: maiores índices de analfabetismo, elevadas taxas de homicídio, desemprego, baixos índices de desenvolvimento humano e outros.

Nesse sentido, a escola tem um papel fundamental na tentativa de eliminação desses processos excludentes que são decorrência do preconceito e discriminação racial. A educação pode mostrar às crianças de todas as etnias que não existem lugares pré-determinados para brancos e para negros na medida em que trabalhar em prol de uma educação anti-racista, que através de histórias e culturas, desmistifiquem o porquê dos lugares sociais ocupados.

A Lei 10.639/03 possibilita a todos e todas o acesso a um conhecimento que, para além do sofrimento do tráfico, espalhou pelas diásporas outras possibilidades dignificantes de civilizar o mundo através de um repertório de cores, sabores, corporeidades, musicalidades e laços que, por exemplo, demonstram a complementaridade entre os mundos dos vivos e dos mortos, que se revela na força ancestral que, obstante adversidades, desmontaram o projeto branqueador da elite brasileira e hoje apresentam um Brasil que tem 51% da população que se auto denomina preta ou parda, critérios estes definidos pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) .

Se nós estamos batendo tambor, hoje, aqui, enfrentando esse sistema, é porque nós temos alicerce: meu pai me contou, que meu avô contou, minha bisavó contou e agora se quiserem fazer alguma coisa comigo, não estão fazendo nada de mais, estão fazendo aquilo que sempre estiveram fazendo. Nós descendentes de quem foi escravizado, não podemos mais silenciar para os que foram descendentes dos escravizadores. (Ana Centeno - Festa da Comunidade Passo do Lourenço).

O Projeto de Extensão “Cultura, Terra e Resistência: matrizes por onde construir materiais didáticos para comunidades quilombolas” aponta para a elaboração de materiais didáticos que sejam impregnados de valores da cosmovisão africana, que as crianças percebam e se percebam nos conteúdos e nas pedagogias trabalhadas, tornando a educação brasileira mais plural. Acreditamos que a Lei 10.639/03 torna possível a conjugação de africanidades à educação brasileira, como um direito para a população negra e para a população não negra, a partir do respeito às histórias dos quilombos e às suas práticas culturais.

3. Considerações finais

A realidade concreta dos quilombos sempre foi atravessada pela possibilidade de mudanças e de lutas históricas, seja no sentido de permanência em seus territórios, construção e ressignificação de memórias coletivas, pela resistência ao sistema escravocrata propriamente dito e, mais recentemente, pela sua constituição como fortes agentes políticos e de direito.

Esperamos que o Projeto de Extensão “Cultura, Terra e Resistência: matrizes por onde construir materiais didáticos para comunidades quilombolas” que tem como objetivo a produção de materiais didáticos acerca da realidade de comunidades quilombolas da Região Sul do estado do Rio Grande do Sul e que se encontra amparado pela Lei 10.639/03, contribua para a realidade das comunidades quilombolas envolvidas e também da sociedade mais ampla, na medida em que aponta outros pontos de partida capazes de estimular a construção de uma escola mais plural, que incorpora elementos da cosmovisão africana. Pretende-se, sobretudo, que sejam criadas condições favoráveis para práticas pedagógicas anti-racistas no interior da sala de aula e, também, que este Projeto possibilite a sensibilização de profissionais da educação a favor da implementação da temática da história e cultura africana e afro-brasileira na Educação Básica brasileira.

Referências bibliográficas

- ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno. **Terras de quilombo, terras indígenas, “babaçuais livres”, “castanhais do povo”, faxinais e fundos de pasto:** terras tradicionalmente ocupadas. Manaus: PPGSCA-UFAM, 2006.
- ANJOS, José Carlos Gomes; BAPTISTA DA SILVA, Sergio (Orgs.). **São Miguel e Rincão dos Martimianos:** ancestralidade negra e direitos territoriais. Porto Alegre: UFRGS, 2004.
- BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil.** Promulgada em 05 de outubro de 1988. 25.ed. São Paulo: Saraiva, 2000.
- BRASÍLIA. **Diretrizes Curriculares para a Educação das Relações Étnico-Raciais.** Brasília: MEC/CNE, 2004.
- BENJAMIN, Walter. O narrador. Considerações sobre a obra de Nikolai Leskov. In: **Magia e técnica, arte e política: ensaios sobre literatura e história da cultura.** 7.ed. São Paulo: Brasiliense, 1994, p. 197-221.
- GEERTZ, Clifford. **A interpretação das culturas.** Rio de Janeiro: LTC, 1989.
- HAERTER, Leandro. **Uma Etnografia na Comunidade Negra Rural Cerro das Velhas: memória coletiva, ancestralidade escrava e território como elementos de sua auto-identificação quilombola.** 2010. 145f. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais. Universidade Federal de Pelotas, Pelotas.
- HAESBAERT, Rogério. Concepções de território para entender a desterritorialização. In: SANTOS, Milton; BECKER, Bertha K. et al. **Território, territórios:** ensaios sobre o ordenamento territorial. 3.ed. Rio de Janeiro: Lamparina, 2006, p.43-71.
- HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva.** São Paulo: Vértice, Editora Revista dos Tribunais, 1990.
- POLLAK, Michael. Memória, esquecimento, silêncio. In: **Estudos Históricos.** Rio de Janeiro, vol. 2, n.3, 1989, p. 3-15.
- O'DWYER, Eliane Cantarino. **Quilombos:** identidade étnica e territorialidade. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas/Associação Brasileira de Antropologia, 2002.